

Inauguração do pólo de economia de comunhão  
Abrigada, 6 Novembro 2010

## **Na encruzilhada dos caminhos, que lugar para a economia de comunhão?**

Manuela Silva

1. É com verdadeira satisfação que aqui me encontro para assinalar a criação deste pólo de economia de comunhão, o primeiro no nosso País. Desejo que este passo, tão significativo na vida do Movimento dos Focolares em Portugal, seja como que uma estação de arranque para a multiplicação de iniciativas semelhantes em outros pontos do nosso País.

2. A economia e a sociedade precisam de soluções inovadoras e a ideia designada por *empresa de comunhão*, por certo, abre caminho no sentido da necessária refundação do conceito de empresa capitalista e sua correspondente figura jurídica que conhecemos e que está no epicentro da presente crise.

3. No termo desta primeira década do século XXI, encontramos-nos numa encruzilhada de caminhos, tendo de enfrentar os desafios duma profunda crise que, no verão de 2007, começou por eclodir no mundo financeiro globalizado mas, rapidamente, se propagou às economias nacionais, com consequências muito negativas no emprego e nas condições de vida das pessoas, no agravamento das desigualdades e da pobreza, no abaixamento do nível de bem-estar colectivo e na perda de coesão social, a ponto de constituir ameaça para o futuro da própria democracia política.

4. A actual crise tem carácter global e sistémico e é a esse nível que hão de procurar-se novos caminhos que conduzam a uma melhor regulação de todo o sistema.

São de louvar os esforços feitos no sentido dos diagnósticos sobre a situação e as propostas de pistas de intervenção que permitam superar os obstáculos e as falhas do sistema.

Uma coisa é certa: a globalização, por um lado, a inovação tecnológica, por outro, associadas à preponderância crescente do capital financeiro, têm desencadeado e continuam a desencadear mudanças de grande envergadura às quais nem os estados, nem as pessoas e suas comunidades, escapam. Vale por isso prestar atenção ao debate em curso sobre os caminhos que a globalização deve trilhar e aos princípios que devem informar as indispensáveis reformas.

A este propósito, gostei de ver afirmado num relatório internacional (OIT – Por uma globalização justa, 2005), o princípio geral de que *um processo de globalização justa deve ter uma forte dimensão social assente em valores universalmente partilhados e no respeito dos direitos do ser humano e da sua dignidade, uma globalização justa aberta a todos, governada*

*democraticamente e que ofereça oportunidades e vantagens concretas a todos os países e a todos os seus habitantes.*

Segundo os autores, um tal processo passa por:

- *Uma acção centrada nas pessoas;*
- *Um estado democrático eficaz;*
- *Um desenvolvimento duradouro;*
- *Mercados produtivos e equitativos;*
- *Regras equitativas;*
- *Uma globalização solidária;*
- *Uma obrigação reforçada de prestação de contas á população*
- *Parcerias aprofundadas*
- *Um sistema das Nações unidas eficaz.*

Decorreram já 5 anos sobre esta publicação, mas, temos de convir que estão por concretizar as orientações nele traçadas; a crise aprofunda-se e ganha contornos cada vez mais preocupantes e as actuações dos responsáveis não vão além de tímidas medidas paliativas que deixam inalterados os fundamentos do sistema económico e financeiro.

5. Nesta altura, as pessoas presentes hão de estar a interrogar-se: a que vêm estas considerações a propósito da economia de comunhão e da inauguração deste pólo.

Passo a esclarecer a curiosidade dos presentes.

Pessoalmente, estou convicta de que, nesta fase do processo histórico em que nos encontramos, temos forçosamente de equacionar os desafios com que estamos confrontados num quadro global. Daí a importância de nos interessarmos pelo global, de possuímos um bom conhecimento acerca dessa realidade e de dispormos de um referencial ético sólido para poder traçar novos caminhos de saída da presente encruzilhada. Há, pois, que mobilizar esforços para uma actuação a nível mundial que discipline a globalização da economia e imponha contenção à avidez do poder financeiro mundial que, inclusive, se tem aproveitado da crise em seu próprio proveito, isto é, para reforço do respectivo poder sobrepondo-se, cada vez mais, ao poder político democrático.

6. Dito isto, acrescento que o facto de salientarmos o relevo do empenhamento na construção do futuro a nível mundial, dado o impacto que, nas actuais circunstâncias, este tem sobre as nossas vidas nos mais longínquos recantos do Planeta, em nada diminui – antes reforça - a importância que devemos dar às potencialidades do desenvolvimento local e à reforma da unidade económica básica que é a empresa.

7. É neste contexto que, a meu ver, ganha dimensão profética a visão de Chiara Lubich quando em Maio de 1991, sobrevoando São Paulo, se deixou impressionar pela pobreza extrema da vasta periferia e considerou intolerável uma tal situação, tão fortemente contrastante com o desenvolvimento e a opulência da Cidade, que acabara de visitar.

Daí nasceu a ideia de uma economia assente em alicerces novos – *a economia de comunhão* - baseada numa concepção de empresa que haveria de ter em conta, não só os interesses do capital investido e dos seus proprietários, mas

também os dos próprios trabalhadores, clientes e fornecedores, assim como as necessidades das comunidades locais em que estivesse implantada.

Mais tarde, a noção de *economia de comunhão* haveria de alargar-se de modo a incluir o espaço da solidariedade com os mais pobres e os desempregados e valorizada a cooperação internacional.

8. A ideia da economia de comunhão é concretizada em empresas que, funcionando no mercado e procurando eficiência, prosseguem objectivos e praticam modos de gestão próprios.

Como bem assinala Luigino Bruni, a *empresa de economia de comunhão questiona a própria ideia de actividade económica, de mercado, de empresa e de empresário* (Comunhão e as novas palavras em economia, 2005).

9. Hoje, algumas centenas de *empresas de economia de comunhão* estão repartidas pelos vários sectores de actividade e constituídas segundo diferentes figuras jurídicas, existem em vários países e constituem a prova de que não está fechado o leque de alternativas para sair da encruzilhada.

Há, no entanto, que cuidar da sua relevância, nomeadamente dando maior visibilidade a estes exemplos e procurando formular os respectivos alicerces também em termos de uma espiritualidade laica, mais susceptível esta de uma adesão generalizada.

Em particular, há que encarar a *empresa de economia de comunhão* como podendo ser um passo em direcção à democratização da economia e sua orientação para a prossecução do desenvolvimento humano pessoal e colectivo, a equidade e o bem comum.

10. Com a inauguração de mais este pólo de *economia de comunhão*, os seus responsáveis contraem uma dupla responsabilidade: a de serem, escrupulosamente, fiéis à inspiração de Chiara Lubich, a quem presto homenagem, e a de tornarem esta iniciativa num modelo susceptível de ser reproduzido em contextos de uma espiritualidade baseada em valores universais.

Estamos aqui para afirmar que esta visão e este vosso empenhamento são necessários nesta encruzilhada em que nos encontramos e têm sentido na busca de soluções para a superação desta crise e para encontrar novos caminhos de desenvolvimento humano e sustentável, que a todos beneficie com equidade.

Muito obrigada!

Manuela Silva